

37º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL

O ATLÂNTICO NA HISTÓRIA ECONÔMICA E SOCIAL

Universidade da Madeira, Colégio dos Jesuítas

17 e 18 de novembro de 2017

O FIM DO COLONIALISMO E O FORTALECIMENTO DA CADEIA DE PRODUÇÃO E VALOR DA CANA DE AÇÚCAR NO BRASIL, CERCA 1770-1830: UMA ANÁLISE DE ESTRATÉGIA DOS NEGÓCIOS

Comunicação apresentada por Pedro Carvalho de Mello (Professor de Economia da ESAGS, São Paulo, Brasil)

Introdução

O negócio do açúcar nas terras do atual Brasil, desde os seus primórdios, foi organizado, mesmo não sendo intencionalmente, posto que evoluiu gradual e espontaneamente, dentro de um conceito de cadeia de produção e valor operando num mercado global. Tal como o é até os dias atuais.

O que houve de notável nessa organização da cadeia de produção da cana de açúcar, do ponto de vista do produtor Brasil, é que durante o período Colonial essa cadeia não evoluía de modo totalmente livre, seguindo os preceitos da competitividade, mas sofria intervenção e amarras do poder colonial de Portugal, que impunha regras administrativas e fiscais próprias, e diversas restrições de acesso ao mercado global.

A Independência econômica e política do Brasil, entre 1808 e 1822/25, foi uma ruptura desse arranjo negocial. A partir dessa “inovação institucional”, de caráter disruptivo, os negócios no Brasil, potencialmente, passam a serem guiados por um conjunto diferente de normas, leis e arranjos negociais.

Em tese, após o País deixar de ser colônia, poderia desenvolver plenamente o potencial competitivo de sua cadeia de produção e comercialização, inclusive no acesso aos mercados externos.

Esse é o tema que pretendemos examinar, tomando como exemplo a indústria do açúcar no Recôncavo Baiano, num período de anos (1770-1830) que cubra as décadas finais do período colonial, e as décadas iniciais da Independência econômica e política¹.

¹ Escolhemos como datas de corte 1770 e 1830, que a nosso ver abrangem as décadas relevantes para o objetivo desse estudo.

Vamos adotar, nessa Comunicação, um enfoque baseado no processo decisório do produtor de açúcar. Desse modo, vai ser uma abordagem de caráter microeconômico, tendo como fulcro o processo de tomada estratégica do produtor empresário. Essa abordagem vai ser complementada por uma análise macro estratégica da economia e negócios do açúcar nessa época.

A razão dessa escolha, como será visto com maior detalhe no correr do texto, é que o corte de laços econômicos, com a Independência, é uma ação entre poderes políticos. Já a resposta dos negócios, que estamos examinando, é uma reação estratégica dos produtores e negociantes açucareiros.

No estágio em que se encontra nosso projeto de pesquisa, essa Comunicação retrata mais o desenvolvimento teórico da abordagem, complementado por pesquisa em fontes secundárias, e busca estabelecer linhas de pesquisa.

Como essa abordagem não é muito usual nesse tipo de estudo, o seu desenvolvimento teórico representou grande esforço para conectar e obter um quadro consistente de teorias e aplicações vindas de distintas áreas do conhecimento - principalmente economia, administração estratégica, gestão de empresas e microeconomia gerencial de empresas - em adição aos trabalhos de cunho propriamente histórico.

Posteriormente, pretendemos, com base em análises empíricas sobre a indústria do açúcar no Recôncavo baiano, explorar a validade das principais linhas de abordagem levantadas nessa Comunicação.

I – Cadeia de Produção e Valor do açúcar no Brasil, 1770-1830

Um dos conceitos mais importantes do modelo econômico conhecido como agronegócios é o de cadeia de produção e valor.

Pode-se dizer que desde o século 16 os participantes do agronegócio da cana de açúcar a viam como um conjunto, ligado por elos de produção e comércio, em que as múltiplas atividades da cadeia de valor eram desempenhadas parte nas fazendas produtivas, e parte fora das unidades produtivas.

Embora Adam Smith enfatizasse o papel da divisão de trabalho como peça essencial para uma economia de mercado com incentivos ao aumento da produtividade, pode-se aventar que essa especialização já existia desde o início do ciclo de açúcar no Brasil.

E, como veremos no transcorrer do trabalho, com a particularidade que essa cadeia de produção foi montada na órbita de uma economia colonial, sob a égide de uma doutrina mercantilista, com esferas separadas de atuação para a região produtora (Brasil com terras e produção, e África com escravos) e o poder colonial em Portugal.

Existem várias definições de agronegócios, o que as difere é o âmbito das atividades arroladas. No agronegócio do açúcar, entre 1770-1830, existiam diversas atividades realizadas “dentro da fazenda”, ligadas à organização do trabalho escravo, tecnologia empregada, extração do açúcar e de outros produtos derivados (aguardente e rapadura, por exemplo), padrões de qualidade adotados, manejo do solo, experimentos agrônômicos com novas variedades de cana de açúcar, embalagem, transporte até o porto, abastecimento de lenha para o engenho e acompanhamento dos preços do açúcar e derivados ao nível do produtor.

Existiam também diversas atividades em elos posteriores da corrente de valor, realizadas, sob comando de Portugal, no transporte marítimo para Portugal, recolhimento da produção nos portos portugueses, comercialização do açúcar mascavo na Europa, reenvio para outras praças europeias para refino, e acompanhamento da dinâmica de preços e mercados no Continente, assim como um posicionamento estratégico – inclusive de adoção de novas tecnologias e experimentos científicos - face ao desenvolvimento de outras regiões produtoras de açúcar sob a organização de poderes coloniais concorrentes.

Devemos considerar também que no período 1770-1830 a mão de obra agrícola era preponderantemente escrava e de origem africana. Com efeito, a indústria açucareira no Brasil durante essas décadas dependia quase que exclusivamente do trabalho escravo. Ademais, a dinâmica desse mercado de escravos dependia fortemente do tráfico africano.

Existem aprofundados estudos sobre os engenhos de açúcar no Brasil, que cobrem os anos do nosso estudo². Pela descrição que fazem do funcionamento de engenhos de açúcar na Bahia e outras partes do nordeste brasileiro, podemos caracterizar a cadeia produtiva, no Brasil colonial, como tendo dois segmentos: o segmento local, englobando as etapas de produção, logística e transporte dentro da Colônia; e um segmento externo, a partir da Metrópole Portugal, englobando diversos elos de comercialização, transporte marítimo, relacionamento com outras praças de distribuição e refino na Europa.

Ademais, como parte integrante da esfera produtiva, podemos adicionar um terceiro segmento, da cadeia de valor “escravos africanos”. Com base nos estudos e pesquisas de L. F. Alencastro, podemos aventar a hipótese de que haveria uma “cadeia de valor” paralela e simbiótica com a do açúcar³. As duas cadeias eram umbilicalmente ligadas. Desse modo, vamos incorporar ao quadro de análise de que maneira essa importante dimensão da indústria açucareira se enquadra na visão estratégica que estamos desenvolvendo.

² Veja Eisenberg, Peter L. Modernização sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco, 1840-1910 e Schwartz, Stuart B. Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society. Bahia, 1550-1835.

³ Veja Alencastro, Luiz Felipe de. O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul.

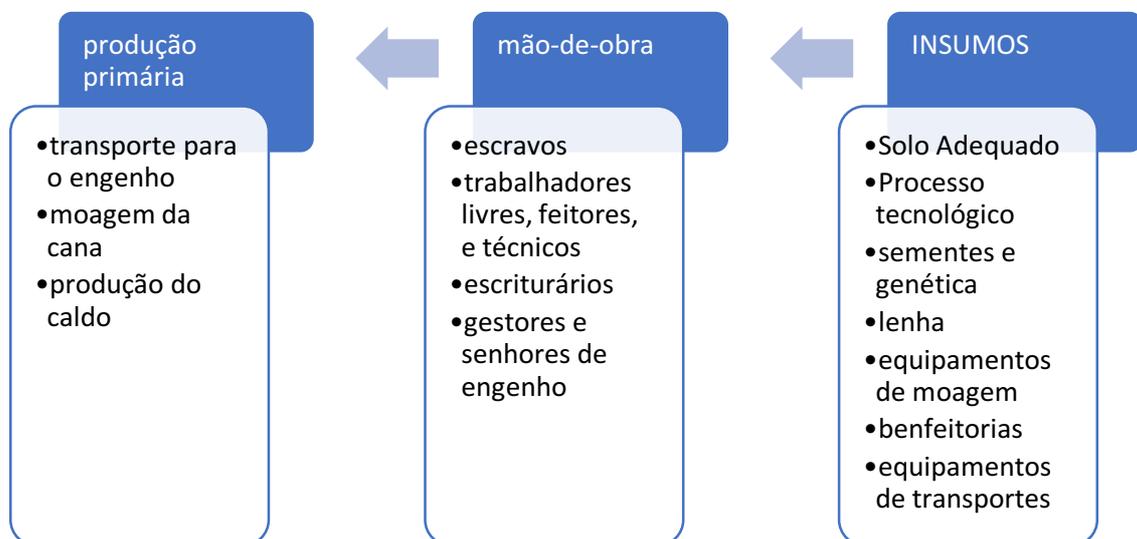
Inclusive, como veremos ao longo desse trabalho, vai ser nessa cadeia de valor paralela, “escravos africanos”, que, em nossa opinião, se dará o protagonismo maior da Colônia após a Independência econômica e política.

II – Cadeias de Produção e Valor

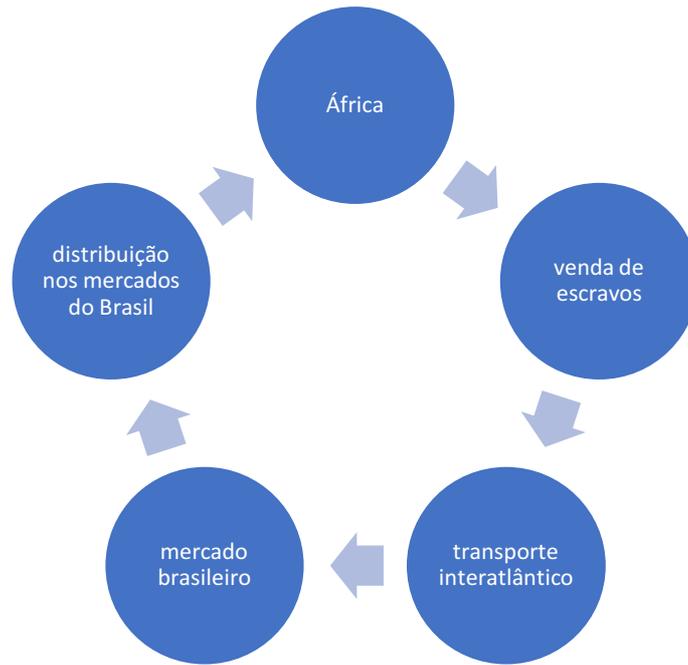
Vamos caracterizar nessa seção as cadeias de produção e valor.

Primeiro, o segmento local (na Colônia), que podemos desdobrar em fases de produção e comercialização, tal como mostradas a seguir.

ESTÁGIO INICIAL NO ENGENHO COLONIAL



A cadeia de valor “escravos africanos” pode ser representada da seguinte maneira:

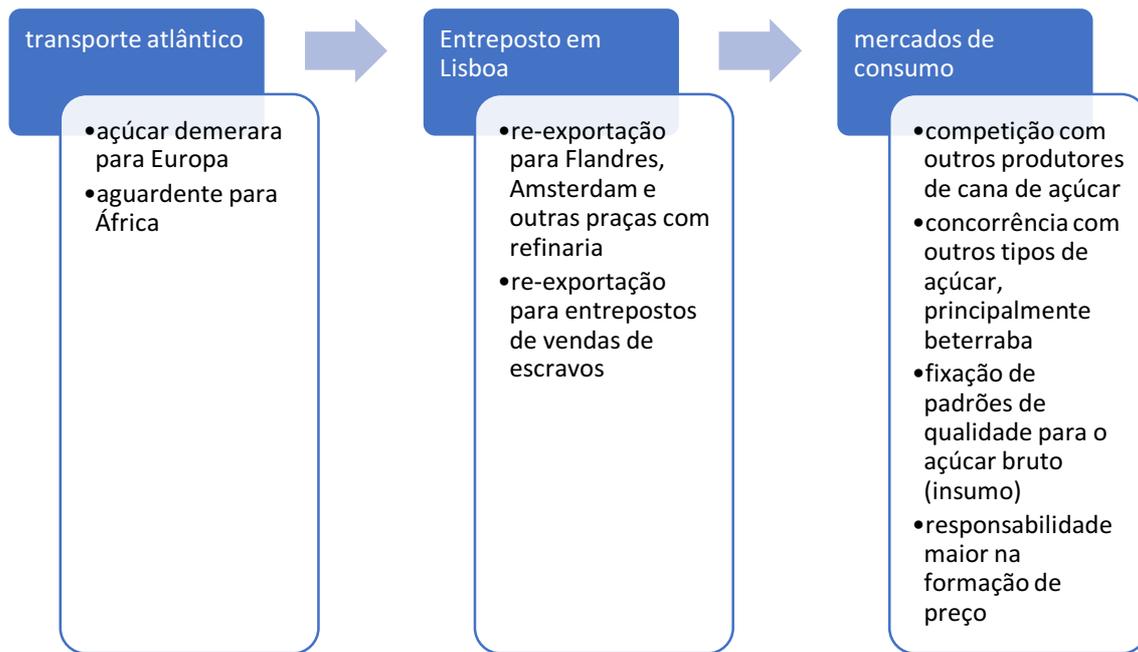


ESTÁGIO SECUNDÁRIO NO ENGENHO COLONIAL

produção de açúcar não refinado	produção de aguardente	produção de rapadura
<ul style="list-style-type: none"> • processo químico • purgação • visando mercado europeu 	<ul style="list-style-type: none"> • uso de subprodutos • visando mercado de escambo de escravos africanos 	<ul style="list-style-type: none"> • uso menos nobre • alimentação da mão-de-obra • mercado doméstico

Após o produto deixar o engenho e ser transportado até o local de comercialização, geralmente o porto de embarque, temos o estágio de acesso ao mercado externo. Esse estágio, durante o período colonial, estava, em tese, fora do controle do produtor colonial.

MERCADO DE TRANSFORMAÇÃO E CONSUMO EUROPEU e AFRICANO



III – O Modelo Estratégico da Indústria Açucareira

Os modelos estratégicos costumam evidenciar o papel de uma firma em particular, e sua atuação frente à indústria de que participa, ou mesmo à economia em geral.

Esses modelos, via de regra, são aplicados para empresas do setor manufatureiro, ou de serviços.

O caso da agricultura, no entanto, requer uma modificação. Os produtores rurais de uma determinada *commodity*, mesmo os de grande porte, são em geral “tomadores de preços”, pois operam em ambientes de livre entrada e alta competição. Não costuma haver rivalidade econômica entre eles - devido ao desestímulo provocado pelos altos custos de transação, que seriam incorridos para se “cartelizar” a indústria e colocá-las sob controle de um reduzido número de engenhos.

Quando tomam conhecimento de uma inovação significativa, ou de uma grande mudança que irá afetar seus negócios, não conseguem evitar a disseminação dessas informações, e mesmo costumam repartir informações e atuar em bloco.

Assim, temos de examinar a questão estratégica não à nível de um engenho isolado, mas sim ao nível da indústria açucareira da região como um todo.

Um modelo simplificado, baseado nos escritos do Prof. Robert Burgelman, ajuda a ilustrar o processo da tomada de decisão estratégica da indústria⁴.

Importantes estudiosos da indústria açucareira na Colônia, durante esse período, mostram que houve crescimento da área plantada, e de número de novos engenhos no Recôncavo baiano, indicando vitalidade econômica⁵. De um modo geral, assumimos que existiu um cenário de crescimento da indústria açucareira entre 1770 e 1830.

Assumimos, outrossim, que nesse contexto operavam quatro conjuntos de regras institucionais. O primeiro reúne regras normativas, tais como aquelas baseadas em leis, costumes, e princípios administrativos. O segundo se refere às regras tecnológicas, baseadas nas soluções técnicas disponíveis. O terceiro, às regras econômicas, refletindo o poder de barganha da indústria açucareira do Brasil em face dos outros produtores globais, e o da eficiência e lucratividade dos modelos de negócios em uso (no caso, respeitando as limitações impostas pelas regras coloniais). Finalmente, o quarto conjunto abrange as regras cognitivas, principalmente os julgamentos competitivos referentes aos fatores-chaves de sucesso no mercado global.

Para fins de análise, vamos utilizar uma técnica reducionista, baseada em cenários hipotéticos. Essa análise não almeja substituir os estudos históricos, visa apenas trazer elementos analíticos que complementem esses estudos. Por razões de simplificação, os cenários são estilizados e sintéticos.

Começamos imaginando a indústria açucareira do Recôncavo Baiano nas décadas antecedendo à grande mudança disruptiva do fim do Sistema Colonial, entre 1770 e 1808/1822. Nesses anos, houve transformações nessa indústria. Com efeito, ocorreram mudanças (não disruptivas) naquele cenário, pois a indústria açucareira global se tornava mais competitiva, sofria com a forte entrada no mercado do açúcar de beterraba, e era bastante afetada por progressos tecnológicos e genéticos (plantas) em algumas Ilhas do Caribe, assim como por modificações adversas abruptas em outras ilhas causadas pela libertação dos escravos.

Vamos denominar essa caracterização como “Cenário básico”. O Gráfico a seguir reflete isso, supondo que entre 1770 e o período de corte ou inflexão (entre 1808 e 1822) houve crescimento do lucro e da produção.

Nesse contexto de crescimento, ocorre então a grande mudança disruptiva – a Independência econômica e política do Brasil⁶. Ela vai afetar principalmente o primeiro conjunto de regras institucionais (as de caráter normativo), mas, em tese, poderia afetar os outros três conjuntos de regras institucionais.

⁴ Seminário apresentado no Brasil (São Paulo, 27/28 de julho de 2017), sob minha coordenação, com a apresentação de trabalhos do Prof. Robert Burgelman intitulados “Dynamic Forces in Firm Evolution” e “Strategic Innovation Challenges in Established Firms”.

⁵ Veja Schwartz, op. citada e Galloway, J. H. *Agricultural Reform and the Enlightenment in Late Colonial Brazil*.

⁶ 1808, 1815 e 1822

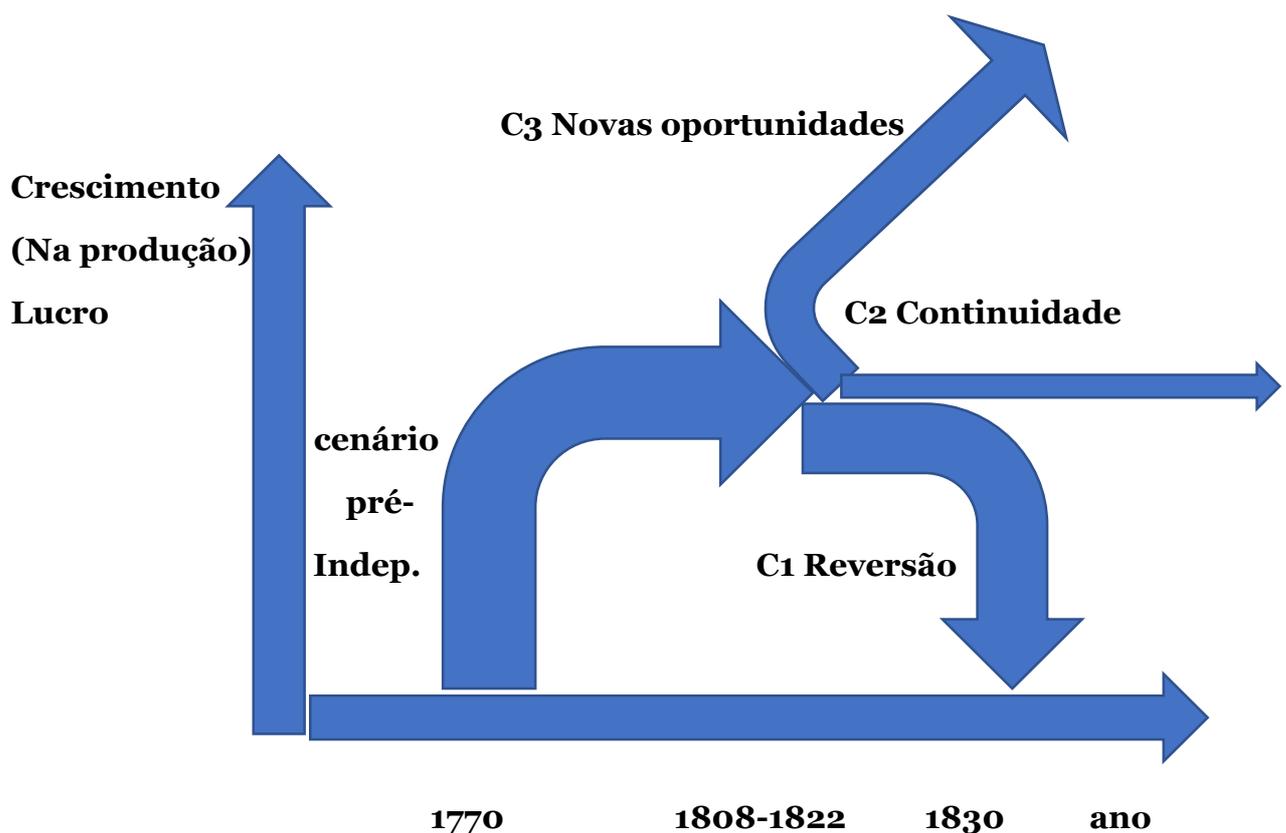
Podemos interpretar essa mudança disruptiva, do ponto de vista econômico, como uma “inovação radical” ou uma “destruição criativa”. O que queremos discutir é se essa inovação radical representou de fato, no âmbito da indústria açucareira, uma grande mudança, ou na verdade não trouxe grande mudança na estrutura da cadeia de produção e valor.

Conforme o gráfico a seguir ilustra, podemos fazer três hipóteses de cenário:

Cenário I (C1): reversão do crescimento (provocado pela incapacidade da indústria açucareira de reagir ao corte dos laços econômicos com Portugal).

Cenário II (C2): continuidade da produção naquele ponto de pico (caso o status de Colônia não fosse muito relevante em termos econômicos para a indústria açucareira do Brasil);

Cenário III (C3): crescimento ainda maior (graças à libertação das amarras coloniais);

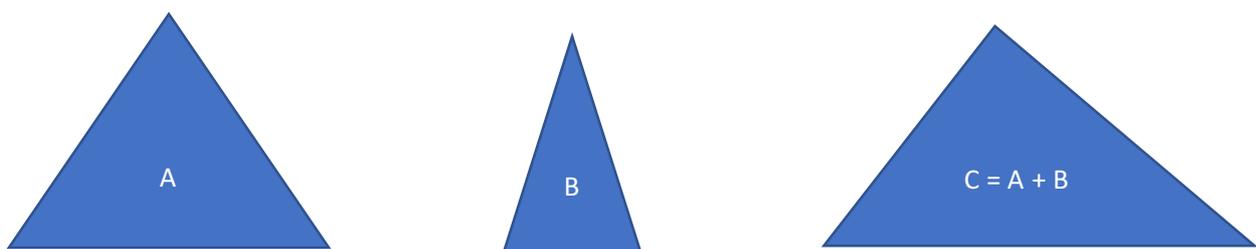


Queremos discutir, em especial, um tema que decorre da lógica do Colonialismo. Caso houvesse de fato, no caso do Brasil, uma deliberada política de exploração econômica, que se baseasse numa especialização forçada de certas atividades na

Colônia, e proibições para um desenvolvimento de indústrias locais (como têxteis), isso criaria distorções na estrutura de atividades da Colônia. Com o fim do Colonialismo, haveria condições de que brotassem aquelas atividades antes impedidas de florescer.

Seria de esperar, portanto, de que o cenário vigente pós Independência seria o de crescimento ainda maior. Crescimento esse potencial, que necessitaria ser aproveitado estrategicamente pelos produtores. Em outras palavras, ao crescimento, que já se observava, seria acrescentado uma outra força adicional de estímulo, representada pelo fim das amarras coloniais.

O gráfico a seguir ajuda a ilustrar essa ideia do desafio estratégico apresentado aos integrantes da indústria açucareira⁷.



O triângulo A reflete a estratégia existente na indústria. O triângulo B reflete a adaptação estratégica da indústria - novos negócios e gestão – aos ambientes emergentes.

O triângulo C é a soma dos triângulos A e B, e mostra a integração das duas estratégias. A grande questão histórica é se houve um triângulo B significativo, que aproveitasse o potencial revelado e que ativasse a suposta transformação propiciada pela quebra do sistema colonial.

Na linguagem da teoria estratégica, a indústria produtora de açúcar poderia se aproveitar mais de suas vantagens comparativas, e de conquistar novas vantagens competitivas num ambiente de maior “laissez faire”.

Com base nesses modelos esquemáticos, podemos dar continuidade à discussão do tema dessa Comunicação. Como será discutido em maior detalhe no final desse trabalho, consideramos que as duas hipóteses mais fortes, baseado nessa análise *prima facie*, são que o cenário para a indústria açucareira pós Independência segue mais o Cenário II (continuidade). Já com respeito ao mercado de escravos africanos, somos de opinião que segue mais o Cenário III (crescimento ainda maior).

Desse modo, levantamos a hipóteses que a “inovação disruptiva” institucional, devido á Independência econômica e política, atuou mais no mercado interatlântico de escravos, e menos na indústria açucareira. Visto de outro modo,

⁷ Baseado, com muitas adaptações, em Robert Burgelman, trabalhos citados.

a ex-Colônia atuou de modo complementar com respeito à indústria açucareira, e de modo substituto em relação ao tráfico de escravos da África.

Em termos do *leit motiv* do nosso encontro na Conferência da Madeira, que é “ o Atlântico na história econômica e social”, a nosso ver não houve significativas mudanças antes e depois da Independência no que diz respeito ao circuito produtivo e comercial do açúcar. Já com relação ao tráfico de escravos africanos, acredito que houve mudança, representada por um maior fortalecimento do relacionamento Brasil e Angola, e ainda maior enfraquecimento do vínculo com Portugal nesse circuito.

IV - Quadro Macro Estratégico

O objetivo principal dessa Comunicação é discutir o impacto, na cadeia de produção de uma determinada commodity, de uma região colonial que passa por um processo de desligamento das restrições – as quais eram fruto do sistema mercantilista - que poderiam restringir o seu pleno potencial de desenvolvimento proporcionado pelo integral desenvolvimento da cadeia.

Do ponto de vista econômico, o tema principal que queremos abordar é como a mudança de colônia para país independente se refletiu no sistema de incentivos econômicos para os produtores brasileiros.

Desse modo, precisamos primeiro analisar e explorar o tema de como as ideias e estímulos ao progresso da cadeia de produção se originaram e desenvolveram, e de como receberam uma fertilização cruzada ao atravessarem o Atlântico, principalmente entre Portugal e sua colônia no atual Brasil, e, finalmente, como impactaram os padrões de qualidade na produção, de comercialização e de exportação de açúcar para o mercado europeu.

Essa tarefa, para fins da nossa Comunicação, foi muito facilitada pelo fato que em 1776 Adam Smith publicou seu livro A riqueza das Nações. Nesse livro, o autor analisa com profundidade, no Livro IV, a questão do colonialismo e do mercantilismo, inclusive com comparações das diversas colônias. Analisa, com espírito crítico, a atuação de Portugal como potência colonial. Ademais, na qualidade de um destacado membro do Iluminismo Escocês, e tendo sido um importante interlocutor do autor principal da escola Fisiocrática, François Quesnay, incorpora em seu texto as visões dessas duas correntes de pensamento econômico.

V – Portugal como Poder Colonial no Brasil

A literatura sobre o Mercantilismo e o Colonialismo é extensa e controversa. Embora se discutam, no caso do sistema mercantilista, os diversos atributos

dessa escola de pensamento (ou doutrina) de política econômica, em casos concretos é necessário fazer uma contextualização.

No caso da colônia brasileira, houve diversos tipos de política mercantilista. Ao nosso ver, provocado pelas circunstâncias específicas do modelo de negócios associado à principal mercadoria que lastreava a política mercantilista em determinada época.

Durante o período da exploração de ouro (e diamantes), cujo auge ocorreu entre 1690 e 1760, o enfoque da política portuguesa recaía sobre aspectos fiscais e de controle de transporte dessas mercadorias. Nesse caso, efetivamente o maior problema era evitar a evasão do pagamento de tributos (o quinto) pelos produtores, e o contrabando do ouro para outros países.

O valor do ouro é mais ligado ao estoque existente, acumulado ao longo dos séculos, e menos afetado pelo custo de produção do fluxo de ouro extraído anualmente. A demanda existe, com mercado capaz de absorver os novos fluxos, embora haja volatilidade de preços. Em termos do mercado externo, o ouro é uma *commodity* padronizada, de fácil verificação de qualidade, e facilidade de armazenamento e transportes.

Com o fim efetivo desse ciclo de *commodities* minerais, o açúcar passa a ser o esteio da política colonial. Agora, os desafios vão ser completamente diferentes. O sistema de produção é mais complexo, o mercado é mais fragmentado e disputado, e com características de risco mais pronunciadas.

O transporte interno da cana para os engenhos requer mais eficiência e rapidez, assim como a estruturação da produção entre engenhos, lavradores e pequenos produtores é delicada e algumas vezes conflituosa. A infraestrutura de transportes, para dar apoio externo aos produtores, é muito cara, e levantava diversas questões quanto ao financiamento dos gastos necessários para sua construção e manutenção.

A economia açucareira do Nordeste se baseava no uso extensivo e intensivo do trabalho escravo, preponderantemente africano, exigindo grandes aportes de capital e a vigilância sobre grandes extensões territoriais.

O transporte marítimo também impunha altos custos e riscos, pois a distância da costa brasileira para Portugal era muito mais extensa do que o acesso europeu pelas ilhas caribenhas de açúcar.

Finalmente, o acesso de Lisboa para os mercados compradores (principalmente as praças refinadoras de Flandres, Holanda e Báltico) exigia uma permanente atenção com respeito à qualidade do produto e a pontualidade da entrega.

Ademais, tal como outras *commodities* que são produzidas por milhares de produtores, em que a praça intermediária – Lisboa – funcionava como um oligopólio vendedor, mas em que o mercado comprador (no caso, as cidades europeias que refinavam o açúcar) funciona como um oligopsônio, a minimização

de custos ao nível do produtor passa a ser um objetivo estratégico para sobrevivência dos negócios.

Dessa maneira, o “mercantilismo” português – e sua atuação como poder colonial no Brasil – vai se transformar bastante nas últimas décadas do século 18. Os escritos de Adam Smith, apresentados adiante, acrescentam maiores elementos de análise para essa avaliação de Portugal, ao redor de 1776, como poder colonial afetando a alocação de recursos e a formação de negócios no Brasil.

VI – O Contexto Econômico de Portugal e Brasil, e as Novas Ideias Econômicas

No século 18, nas primeiras décadas, a população e a economia cresceram em Portugal. Os principais fatores de estímulo foram a exploração de ouro no Brasil e o cultivo de uvas e produção de vinho em Portugal.

A despeito desse desempenho, nas últimas décadas desse século o ouro produzido no Brasil perdeu seu dinamismo, e Portugal passa a sofrer um período de decadência econômica e política. Esse quadro era agravado pelo fosso econômico que se ampliava com a Inglaterra, França, e outras regiões da Europa, onde já se manifestavam os efeitos positivos das “revoluções” agrícola e industrial.

Os dados populacionais e econômicos sobre Portugal, referentes ao século 18 e começos do século 19, mostram crescimento populacional numa economia estagnada⁸. A população de Portugal cresceu, de cerca de 1,64 milhões em 1700, aumentando para 3,04 milhões em 1820. O nível em dólares da renda per capita, em 1700, foi 819, aumentando muito pouco nas décadas seguintes, e atingindo apenas 923 em 1820⁹.

A economia do Brasil mostrava um quadro diferente de Portugal. Naquela época, o Brasil já produzia outras commodities, e o açúcar substituiu o ouro como principal esteio da economia. A população aumenta de 1,25 milhões em 1700 para 4,03 em 1820 (incluindo escravos), e o PIB per capita sobe de 459 em 1700 para 646 em 1820¹⁰. Os dados apontam para um crescimento dessa região entre 1700 e 1820¹¹.

Na economia internacional, esses sessenta anos (1770-1830) assistiram uma grande fermentação de novas ideias – em especial, o iluminismo, a fisiocracia e o liberalismo – e mudanças revolucionárias em países europeus, simultaneamente com movimentos e guerras de independência nas Américas. Essas razões

⁸ OECD - The World Economy: Historical Statistics – Angus Maddison, OECD 2003 – HC 21 M 287 2003, p. 31

⁹ Medido em “million 1990 International Geary-Khamis dollars”

¹⁰ Ibid, p. 142

¹¹ Ibid, p. 114

externas também tiveram um grande impacto nos preços, vantagens relativas das regiões produtoras e na visão de negócios açucareiros.

Com efeito, as décadas finais do século 18 registraram um período de fecunda discussão de ideias, com repercussões bastante acentuadas sobre a visão do papel dos governos e das políticas econômicas.

O Iluminismo foi um movimento cultural e filosófico modernizador, que se desenvolveu nos séculos 17 e 18, e se difundiu rapidamente na Europa – principalmente na Inglaterra, França e Holanda - e atingiu as colônias americanas, inclusive o Brasil. O Iluminismo deu origem a novas noções de liberdade política e econômica, as quais, aplicadas à vida social e política, deram origem à duas correntes de pensamento econômico, a fisiocracia e o liberalismo econômico. O Iluminismo se opunha às ideias mercantilistas.

A “escola mercantilista” portuguesa, a partir do século 18, baseou-se em grande medida num conjunto de políticas objetivando se beneficiar economicamente da colônia brasileira. A venda de commodities e os influxos de ouro acentuaram a política de incentivar exportações de produtos em Portugal, minimizar importações, restringir a saída de ouro e acumular ouro e prata. Na verdade, como Portugal recebia ouro da colônia, seu objetivo era evitar a depleção do estoque formado.

Já o aspecto predominante dessa política, quando a prioridade passa a ser a cana de açúcar, foi especializar o Brasil na produção, e operar todos os demais elos da cadeia produtiva no circuito da comercialização, distribuição, transporte e financiamento.

Diferentemente do mercantilismo, que muitos autores nem consideram ser uma escola econômica, a Fisiocracia foi considerada como sendo a primeira escola da economia científica (inclusive, até mesmo antes da teoria clássica de Adam Smith). Constitui-se numa teoria econômica, em parte fruto de uma reação iluminista, e que se opunha às ideias de cunho mercantilista.

A fisiocracia advogava a tese de que toda a riqueza era proveniente da terra, da agricultura. Seu idealizador, e líder teórico, foi François Quesnay, médico da corte do rei francês Luís XV.

No livro que escreveu em 1758, intitulado “Tableau Economique”, Quesnay afirmava que era inútil tentar alterar a ordem natural da sociedade através de leis e regulamentos governamentais. Para ele, deveria vigorar uma postura de *laissez faire*, ou seja, de não-intervenção do Estado no sistema econômico. Adam Smith se tornou um grande admirador dessas ideias, e, caso Quesnay não tivesse falecido antes da data de publicação, pretendia dedicar para ele o livro sobre a Riqueza das Nações.

No século 18, a época em que fisiocratas estavam formulando suas idéias, a economia era quase totalmente agrária. Nessa época, inclusive, ocorreu a “revolução agrícola” em algumas partes da Europa, com grande impacto no aumento da produtividade. Não foi surpresa, portanto, que a teoria fisiocrática tenha considerado apenas o trabalho agrícola como sendo valioso.

O principal inspirador do liberalismo econômico foi o economista escocês Adam Smith. Smith atacava a política mercantilista, devido a mesma ser baseada na intervenção estatal. Esse autor defendia uma organização econômica da sociedade em que a economia fosse dirigida pelo jogo livre da oferta e da procura de mercado. Adam Smith, em especial, considerava o monopólio como extremamente maléfico para a economia. Em oposição às ideias de Quesnay e da Fisiocracia, para Adam Smith a verdadeira riqueza das nações estaria no trabalho e na busca da produtividade, a administração dessas forças sendo dirigida pela livre iniciativa dos empreendedores.

VII - Avaliação de Adam Smith sobre o colonialismo português

Observador agudo dotado de fortes poderes analíticos, e estudioso do tema, Adam Smith estava numa posição ímpar para avaliar o colonialismo português ao redor de 1770. Inclusive, de uma maneira comparativa, pois examinou outros sistemas mercantilistas agindo em estruturas coloniais de poder¹².

Não foi uma análise isenta, pois Smith era um defensor do liberalismo, e avaliava as experiências coloniais de vários países sob a óptica do “laissez faire”. Via no que denominou “sistema mercantilista” diversos defeitos graves, e pouquíssimas virtudes¹³. Para nossos fins, no entanto, podemos mitigar esse viés demonstrado pelo autor, pois como o mesmo é generalizado quando faz a análise comparativa das experiências coloniais de outros países, acaba por não interferir muito no que tange à sua avaliação do impacto do colonialismo português no Brasil.

Adam Smith devota grande parte do livro “A Riqueza das Nações” para avaliar o que denominou sistema mercantilista, na parte IV.

No contexto da sua discussão sobre o sistema colonial, faz diversas alusões ao Brasil. Segundo ele, haveria mais de 600.000 pessoas na colônia, portugueses ou descendentes de portugueses, crioulos, mulatos, e uma raça mista entre

¹² Adam Smith, *Wealth of Nations* (1776). Book IV, Chapter VII, Part II: Causes of the Prosperity of New Colonies

¹³ No século 19 a Escola Histórica Alemã irá de encontro a essa visão, reconhecendo méritos nas políticas mercantilistas para fortalecimento e unificação de países. No século 20, John Maynard Keynes reavalia, com um olhar aprovador, num dos capítulos do seu livro *Teoria Geral da Renda, Juros e Emprego*, o papel do mercantilismo para impor políticas de estado intervindo na economia. Para uma análise econômica do Mercantilismo, veja Herschker *Mercantilism*.

portugueses e brasileiros. Segundo ele, nenhuma outra colônia nas Américas teria um número tão grande de pessoas de extração europeia¹⁴.

Antes de comentar os aspectos descritos por Adam Smith, vale a pena começar com a observação transcrita a seguir, que, na minha opinião, expressa a visão de Smith sobre os méritos do “laissez faire, laissez passer”, e mostra sua admiração pelo progresso da colônia brasileira:

“Após os assentamentos dos espanhóis, os dos portugueses no Brasil foram os mais antigos de quaisquer outras nações europeias. No entanto, durante um longo tempo não conseguiram fazer descobertas de ouro ou de prata, o que acarretava pouca ou nenhuma receita para o Reino, e por isso ficou praticamente negligenciada por um longo tempo; e durante esse estado de negligência ela cresceu e se transformou numa grande e poderosa colônia”¹⁵.

Adam Smith começa sua análise das colônias focalizando o problema fundamental de obter uma adequada quantidade de mão de obra, pois as terras eram abundantes. O valor das colônias teria de vir da produção, juntando capital e trabalho (inclusive o escravo) aos recursos naturais. Para ele, de um modo geral, estava havendo progresso muito grande em riqueza, população e melhorias em todas as colônias europeias¹⁶.

Adam Smith analisa, caso a caso, o nível de progresso das colônias europeias. Tem um apreço especial pelas colônias puritanas da América do Norte. Para ele, as duas grandes causas da prosperidade dessas colônias eram a abundância de boas terras e a liberdade de administrarem seus próprios negócios¹⁷.

No entanto, Smith comenta que as colônias espanholas e portuguesa, e mesmo francesas, possuíam maior abundância de boas terras. Segundo ele, no entanto, as instituições políticas das colônias britânicas, via a vis as desses países, eram mais favoráveis para o desenvolvimento e cultivo das terras¹⁸.

Smith comenta e compara diversos fatores institucionais que explicam essa superioridade: obrigação de cultivar terras e evitar propriedades extensivas sem uso econômico, maior preservação das terras virgens, não existência de lei de

¹⁴ Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, 1776, IV.7.31

¹⁵ “After the settlements of the Spaniards, that of the Portuguese in Brazil is the oldest of any European nation in America. But as for a long time after the first discovery neither gold nor silver mines were found in it, and as it afforded, upon that account, little or no revenue to the crown, it was for a long time in a great measure neglected; and during this state of neglect it grew up to be a great and powerful colony.”. Em Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, 1776 (Book IV, Chapter VII, Part Two, IV.VII.30).

¹⁶ Smith, *ibid*, Book 4, Chapter 7, part 2. p.2

¹⁷ *Ibid*, p.7

¹⁸ *Ibid*, p.8

progenitura permitindo distribuição de terras, baixo nível de tributação permitindo maior renda disponível aos colonos britânicos, despesas da colônia pagas pela Grã Bretanha (enquanto o Brasil pagava parte das despesas via impostos), não incorriam em excessivos gastos suntuosos (tais como os que ocorriam nas colônias não-britânicas), e não sofriam um poder eclesiástico impondo comportamentos de dar esmolas para obter graças (imposto efetivo sobre a renda dos pobres)¹⁹.

Smith acrescenta, a esses fatores, o efeito diferenciado do monopólio colonial. Segundo ele, todos os poderes coloniais operavam com monopólios. Todas as metrópoles monopolizavam o comércio para suas colônias, e para tal proibiam navios de outras nações a se engajarem em comércio com elas, e também proibiam a importação de bens europeus de outras nações que a própria metrópole (no caso do Brasil, Portugal)²⁰.

Para Smith, no entanto, era bastante diversa a maneira com que esse monopólio era exercido pelos diferentes países colonizadores europeus.

As colônias britânicas, em particular, não eram tão exploradas como as demais, permitindo maior geração de renda e de liberdade de comércio e iniciativa empresarial para seus habitantes. Ademais, se beneficiavam de pertencer a esfera de uma metrópole com um mercado mais extenso para importações²¹.

Alguns países transferiram o comércio total de suas colônias para uma companhia exclusiva, para a qual os colonos eram obrigados a concentrar todas as suas compras de bens europeus, e vender tudo que produziam para mercado. O modelo de negócio das companhias, evidentemente, era vender caro e comprar barato. Ademais, só comprar aqueles produtos e quantidades que poderiam vender a um preço maior na Europa.

Para Smith, não se poderia pensar num mecanismo tão perverso para prejudicar as colônias. Smith menciona que a Holanda, a Dinamarca e a França já tinham abandonado essa política absurda de estabelecer companhias, mas que, em 1755, Portugal adotou esse modelo para as províncias de Pernambuco e Maranhão²².

Outra modalidade, adotada por Portugal, foi confinar o comércio total de suas colônias para um porto em particular da metrópole. Desse porto (Lisboa), saíam os navios, em frota ou em determinadas épocas. Individualmente, só pagando licença (cara). Na prática, segundo Smith, os mercadores atuavam em conjunto (modernamente, como se fossem um cartel exercendo preços monopolistas em suas transações comerciais), como se fossem uma só companhia. Nesse sistema,

¹⁹ Ibid, p.9-14

²⁰ Ibid, p.14 e 15

²¹ Ibid, p.14

²² Ibid, p.15

os lucros dos comerciantes eram exorbitantes e opressivos, porém menos aviltantes do que no sistema de companhias de comércio²³.

As colônias britânicas, em contraste, tinham muito mais liberdade de escolher portos na Grã-Bretanha para fins de exportação e importação, e maior liberdade de comércio²⁴. Smith ainda comenta que as proibições de terem indústrias locais, mesmo se em vigor, seriam ineficazes, pois o custo de produção seria tão alto que não compensaria o esforço²⁵.

Smith critica bastante os governos absolutistas de Portugal (e Espanha e França). Segundo ele, os poderes discricionários eram exercidos com violência e opressão. A distância entre a metrópole e a colônia era parte da explicação. A administração francesa era conduzida com maior moderação e gentileza que a de Portugal (e Espanha), o que se deveria a um melhor caráter dos franceses e a maior aderência à legalidade ²⁶.

Smith comenta que foram os próprios comerciantes interessados no sistema colonial que inspiraram e aconselharam a elaboração da maior parte das medidas mercantilistas. Portanto, ele não se surpreende em verificar que o interesse desses mercadores sobrepujou o das próprias colônias ou da metrópole.

Smith, ao concluir a parte do seu livro que trata das vantagens que as colônias das Américas derivaram da colonização, se pergunta: de que maneira a política da Europa contribuiu para a grandeza das Américas? Para ele, a resposta estava na contribuição do capital humano representada por pessoas educadas e empreendedoras que para lá foram e lideraram o processo de ocupação²⁷.

Em outra parte do seu livro, Smith analisa as vantagens que a Europa derivou da colonização. Para ele, essas vantagens são de dois tipos: gerais para o Continente, e específicas para cada país colonizador²⁸. As vantagens gerais obtidas pela Europa, vista como um todo, consistiam no aumento dos seus benefícios de consumo, e na expansão da sua indústria²⁹.

Em termos do aumento dos seus benefícios de consumo, Adam Smith utiliza a palavra *enjoyments*, e com isso ele lista a variedade de commodities que antes o Continente não desfrutava, e que passaram a ter para seu uso, conveniência, prazer e ornamento³⁰.

²³ Ibid, p.16

²⁴ Ibid, p.17-21

²⁵ Ibid, p.22

²⁶ Ibid, p.23

²⁷ Ibid, IV,VII, 86

²⁸ Ibid, IV .7.9

²⁹ Ibid, IV, 7, 89.

³⁰ Ibid, IV, 7, 91

Ao analisar o tema da expansão da indústria europeia, Smith faz uma distinção entre países que tinham colônias, como Portugal – e que poderiam se beneficiar diretamente – e outros países, sem colônias (como a Áustria), que poderiam se beneficiar indiretamente³¹. Nesses últimos, Smith acrescenta que alguns países, como a Polônia, nem indiretamente se beneficiavam.

Ao discutir esse tema, Smith acentua que o comércio exclusivo entre metrópole e colônia não era benéfico, pois tanto a metrópole quanto a colônia poderiam gerar mais riqueza por meio de uma maior abertura comercial com outros países. Smith, inclusive, critica o modelo de colonização. Para ele, as colônias não contribuíam militarmente para a defesa das metrópoles, e o balanço entre gastos e receitas mostrava em geral prejuízo para as metrópoles³².

Smith reconhece que o monopólio, ao permitir um lucro mais elevado, traz vantagens para uma determinada categoria de beneficiários (comerciantes). Mas ele acentua que esse sistema de monopólio traz efeitos maléficos para o país metrópole como um todo. Dentre esses efeitos maléficos, Smith enfatiza que o mais danoso é que a alta taxa de lucros destroi a parcimônia dos comerciantes, induz ao luxo e a falta de sobriedade. Como esses comerciantes são os líderes que conduzem a indústria do país, essa acumulação de lucros distorce o sistema de incentivos³³. O capital do país, ao invés de aumentar, acaba diminuindo.

Nesse ponto da argumentação, Smith menciona explicitamente a Espanha e Portugal. Ele pergunta: “será que os lucros exorbitantes dos mercadores de Cadiz e Lisboa aumentaram o capital da Espanha e de Portugal?” serviram para aliviar a pobreza e promover a indústria desses dois países “mendicantes”? Segundo Adam Smith, a resposta é negativa. Esses países passaram a ficar mais dependentes ainda de capitais estrangeiros³⁴.

Finalmente, queria encerrar esses comentários de Adam Smith com um importante ponto por ele levantado, e que nos ajuda a entender o fulcro principal de nossa discussão sobre o colonialismo português.

Segundo ele, a descoberta da América e a passagem para as Índias pelo Cabo da Boa Esperança foram “os dois maiores e mais importantes eventos registrados na história da humanidade”.

Nesses dois eventos, Portugal foi de grande importância. Apesar disso, as consequências para ele e os demais países descobridores nem sempre foram bem aproveitadas. Segundo Smith, as colônias da Espanha e de Portugal deram um maior estímulo efetivo para a indústria de outros países, do que para si mesmas.

³¹ Ibid, IV, 7, 93

³² Ibid, IV, 7, 95

³³ Ibid, IV, 7, 103

³⁴ Ibid, IV, 7, 148

Os lucros obtidos pelo comércio colonial foram gastos em consumo de luxo pelos mercadores de Cadiz e Lisboa³⁵.

Em nossa visão estratégica, os elementos “high end” da cadeia de produção e valor não ficavam com Portugal, mas sim com outros países. Dessa maneira, Portugal deixava de obter as vantagens plenas que poderia conseguir, prejudicando tanto a colônia quanto a metrópole (salvo o enriquecimento dos comerciantes).

Esse tema será explorado com maior profundidade na seção IX.

VIII- As principais medidas no Brasil selando o fim do Colonialismo Econômico

Uma tese muito difundida na historiografia brasileira é que um dos pilares do sistema colonial foi o exclusivismo comercial. Ou seja, um pacto colonial pelo qual a metrópole administrava um monopólio comercial de tudo que saía e entrava no Brasil. Nesse sistema, a produção colonial (matérias-primas) era comprada por um preço mais baixo e as importações seguiam para a colônia por um preço mais alto, uma vez que ela só podia comprar da metrópole. Esse pacto colonial, ainda seguindo essa crítica, asfixiava o potencial de criação de negócios e indústrias na Colônia, pois os mesmos poderiam colocar em risco os lucros monopolistas dos comerciantes da metrópole.

Quais foram as principais medidas que desmontaram os pilares desse Pacto Colonial nos anos entre 1808 e 1822? Com efeito, a partir de 1808, indo até 1822, foram promulgadas diversas medidas legais e administrativas que, em seu conjunto, desmontaram e selaram o fim do regime colonial de Portugal no Brasil.

O **Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas** foi uma carta régia promulgada pelo Príncipe-regente de Portugal Dom João de Bragança, no dia 28 de janeiro de 1808, em Salvador, na Capitania da Baía de Todos os Santos.

A frota real partiu de Portugal para escapar da invasão francesa, no contexto da Guerra Peninsular. A Carta Régia foi promulgada apenas quatro dias após a chegada da família real e da nobreza portuguesa ao Brasil.

Por esse decreto era autorizado a abertura dos portos do Brasil ao comércio com as nações amigas de Portugal. O principal beneficiário – e inspirador dessa medida – foi a Inglaterra. Essa foi a primeira experiência liberal do mundo após a Revolução Industrial, marcando efetivamente o início da era do “free trade”.

³⁵ Ibid, IV, 7, 169

Com esse decreto, marcou-se o fim do Pacto Colonial, o qual na prática obrigava a que todos os produtos das colônias passassem antes pelas alfândegas em Portugal, ou seja, os demais países não podiam vender produtos para o Brasil, nem importar matérias-primas diretamente das colônias alheias, sendo forçados a fazer negócios com as respectivas metrópoles.

Também nessa época foi promulgado o **Alvará de 1º de abril de 1808**, que autorizava a abertura de fábricas e manufaturas em todas as partes do Império, revogando o de 5 de janeiro de 1785. A quebra do monopólio, em tese, poderia proporcionar o desenvolvimento de ramos de atividades que até então eram proibidos; ela foi seguida de outras leis estimuladoras do comércio. Na prática, essas tentativas ficaram como “letra morta”, pois vieram ao mesmo tempo que ocorria uma notável redução de tarifas de importação, beneficiando o país – Inglaterra – que avançava celeremente na produção manufatureira de bens de consumo, com preço e qualidade imbatíveis.

Este decreto foi uma primeira etapa e deu lugar ao **Tratado de Cooperação e Amizade de 1810**, oficialmente “Treaty of Cooperation and Friendship”, que continha regras de aliança e amizade, e de comércio e navegação. Esse Tratado era composto por dois conjuntos de atos, o primeiro de aliança e amizade (com 11 artigos e dois decretos) e outro de comércio e navegação (com 34 artigos). Esse tratado trouxe ainda maiores benefícios comerciais ao Reino Unido, beneficiando-a com vantagens tributárias, uma vez que as taxações para a importação de produtos ingleses (15 %) eram menores do que para os produtos reinóis(16%). A Inglaterra se tornou assim a primeira parceira comercial do Brasil, a exemplo do que já acontecia com Portugal.

Logo após a chegada da família real ao Brasil, houve o transplante de parte da burocracia portuguesa, e desse modo continuou havendo, em tese, mas não efetivamente, o controle “mercantilista” de antes. Apesar disso, pode-se considerar que esse foi o primeiro passo para que o Brasil deixasse de ser Colônia de Portugal, o que foi oficializado em 1815, quando **o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves**.

Nesses anos Portugal passava por uma imensa crise política, e sofria os efeitos das guerras napoleônicas. Havia uma certa ambiguidade na determinação de se romper o pacto colonial, pois muitos interesses comerciais foram prejudicados, e haviam tentativas de retornar ao modelo colonial antigo. Na prática, entretanto, a Colônia foi se liberando gradualmente das suas amarras com a Metrópole.

Em 1822, finalmente, o Brasil se torna um país independente. A Independência do Brasil, embora comemorado numa data, foi na verdade um processo que demorou alguns anos, de 1822 a 1825.

Em termos cronológicos, a família real havia retornado à Portugal em 1820, devido a eclosão da revolução liberal. Muitas das mudanças políticas em Portugal, com destaque a Revolução Liberal do Porto, tinham por objetivo reduzir novamente o Brasil à condição de colônia. As Cortes queriam repatriar o Príncipe Regente do Brasil, D. Pedro de Alcântara e Bragança, e em 7 de setembro de 1822 Dom Pedro declara a **Independência do Brasil**, e em seguida, em 12 de outubro de 1822, é aclamado Imperador do Brasil, com o nome de Dom Pedro I.

Os três anos seguintes vão assistir embates entre Portugal e Brasil, até finalmente se consolidar a Independência. Em 1825, Portugal formalmente reconhece a independência do Brasil, tendo sido assinado **em 29 de agosto de 1825 o Tratado de Amizade e Aliança firmado entre Brasil e Portugal**.

Esses foram, em linhas gerais, os principais atos legais e institucionais que caracterizaram a independência política e econômica do Brasil.

IX – A estratégia do setor açucareiro do Brasil após o fim do Colonialismo

Existem muitos estudos de qualidade publicados, que nos permitem traçar um esboço dessa estratégia. Vamos nos apoiar em dois estudos, o de Schwartz e o de Galloway, que avaliamos apropriados para essa tarefa.

Segundo Schwartz, houve um ressurgimento da indústria açucareira no final do século 18, principalmente à partir de 1790. O autor credita grande mérito ao conjunto de reformas e políticas implantadas em Portugal sob iniciativa do Marquês de Pombal, e que levaram algum tempo para frutificar³⁶.

Galloway estudou o tema da reforma agrícola e o Iluminismo no período colonial tardio do Brasil³⁷. Vamos nos concentrar em analisar a parte de seu trabalho que aborda a reforma agrícola, na qual Galloway avalia a influência daquelas pessoas imbuídas de ideias vinda do Iluminismo para promover a mudança política, econômica e social no Brasil³⁸.

O cerne da discussão de Galloway gira em torno dos interesses em pauta.

Uma hipótese seria que, embuído das ideias Iluministas, haveria uma preocupação de estabelecer uma pauta mais ampla e igualitária de reformas, em que se desse suporte à uma reforma social, e se enfatizasse uma grande mudança na estrutura da sociedade rural³⁹.

³⁶ Schwartz, pp. 426-434

³⁷ Galloway

³⁸ Ibid, p.

³⁹ Ibid,

Ainda na hipótese de dar suporte à uma reforma social, Galloway comenta que sua adoção levaria à uma mudança na orientação da produção, do mercado exportador para o mercado doméstico de consumo. Isso também iria enfraquecer os laços de dependência⁴⁰. Dessa maneira, Lisboa ignorou ou se opôs às propostas para reforma social.

A outra hipótese, que Galloway acredita ser a válida - e que concretizou-se efetivamente ao longo da história portuguesa - foi que houve uma pauta mais estreita para as reformas pretendidas. Tal pauta seria concentrada em assuntos econômicos relacionados em tornar a Colônia um produtor agrícola mais eficiente em produtos de exportação. Dessa maneira, seria alcançado um aumento das exportações portuguesas e reforçados os laços de dependência da Colônia com Portugal⁴¹. A reforma agrícola seria, de fato, uma reforma conservadora, e não progressista.

Nessa visão, Lisboa teria optado por promover uma política de auto-interesse, incentivando um aumento de eficiência na agricultura, com foco maior na produção de açúcar. Isso seria conseguido por meio de melhorias no manejo agrícola, melhorias genéticas nos rebanhos pecuários, absorção de novas tecnologias, aumento e direcionamento de capital humano para crescer a produtividade, estímulo para a produção de novos produtos agrícolas ou novas variedades para exportação (por exemplo, algodão, fumo e café), novas modalidades de engenhos, e melhorias diversas nas técnicas de preparo do açúcar⁴².

Ao propor a agenda de reformas agrícolas, o *bench mark* mais utilizado foi o das Índias Ocidentais. Antes de discutir os temas levantados por Galloway sobre esse assunto, cabe avaliar a atividade econômica do açúcar nessa região (Índias Ocidentais Britânicas, Índias Ocidentais Holandesas, Barbados, Jamaica, São Domingos, Martinica, Granada, Cuba, Saint Croix e outras).

O açúcar foi o principal produto agrícola colhido nas plantações caribenhas durante os séculos 18 e 19. Essas plantações produziam cerca de 80% do açúcar de cana consumido na Europa. Quase todas as ilhas possuíam plantações de cana e engenhos. O cultivo da cana era o principal negócio, e secundariamente o café, o indigo e o arroz. A principal fonte de mão de obra, até a abolição, eram escravos africanos. Devido à economias de escala, o tamanho das plantações, medido pelo número de escravos, cresceu durante as décadas que precederam a abolição⁴³.

⁴⁰ Ibid,

⁴¹ Ibid,

⁴² Ibid,

⁴³ Abbott

A cana de açúcar era cultivada nas terras planas costeiras, onde o solo era mais fértil. A localização no Caribe facilitava o abastecimento para os mercados dos Estados Unidos e dos países europeus. Antes de 1650, mais de três quartos da população dessas ilhas era branca. Em 1680, o tamanho mediano da plantação era 60 escravos. Foi crescendo nas décadas seguintes. Em 1832, na Jamaica, uma plantação de tamanho mediano possuía 150 escravos⁴⁴.

Nas primeiras décadas do século 17, Barbados se tornou o maior produtor e a ilha mais rica. Com o tempo, e a partir de 1740, Jamaica e São Domingos tomaram esse posto. Em São Domingos, foram utilizadas novas técnicas de plantio e produção de açúcar, que foram copiadas pelas demais ilhas. Em especial, sistemas de irrigação, reservatórios de água, canais, aquadutos. Os engenhos também foram aperfeiçoados⁴⁵.

Na discussão sobre a reforma agrícola, Galloway menciona que existiam recomendações sobre utilização de esterco – tal como era feito nas Ilhas – para fertilizar o solo. Segundo esse autor, no caso do Brasil, devido a abundância de terras, era melhor utilizá-las extensivamente, ampliando a área cultivada, e abandonando as terras gastas⁴⁶. Outra sugestão seria utilizar o bagaço de cana, ao invés de lenha, para combustão das caldeiras. Novamente, segundo o autor, não procedia, pois haviam muitas florestas para “mineração de carvão de lenha” no Brasil, diferentemente da situação caribenha. A introdução de arados foi também proposta, mas as plantações brasileiras usavam trabalhadores escravos do eito em *gangs*, utilizando enxadas.

Segundo Galloway, as críticas e reformas sugeridas para o plantio não tinham muita justificativa, dado que o Brasil tinha abundância de terras férteis e adequada oferta de escravos africanos. Onde haveria mais espaço para reformas era na tecnologia dos engenhos e do sistema de caldeiras, na etapa de extração do açúcar. Segundo ele, o desenho das caldeiras estava mudando, e tipos de extração mais aperfeiçoados já sendo utilizados nas Ilhas (fila de fornos no sistema *jamaican train*, prensas centrais com maior diâmetro que as prensas laterais, aumento da velocidade da extração, painéis curvos para guiar a entrada da cana, uso de maior número de caldeirões, etc.)⁴⁷.

Parte das reformas sugeridas incluía a transferência de capital humano, de Portugal (incluindo a Ilha da Madeira) para a Colônia. Em especial, para o manejo das caldeiras e aprimoramento dos “mestres de açúcar”. Nota-se, portanto, uma preocupação da Coroa com a melhoria de qualidade do açúcar exportado do Brasil para a Europa⁴⁸. Além dessas preocupações, houve, com a chegada da Família Real ao Brasil em 1808, a fundação de jardins botânicos, e a distribuição de livros técnicos sobre a agricultura.

⁴⁴ Abbott, Sugar

⁴⁵ .Ibid

⁴⁶ Galloway, op. Citada,

⁴⁷ Ibid,

⁴⁸ Ibid,

Vou encerrar essa seção com uma nota pessoal, mas de relevância para o estudo. De pai português, e avô materno também português, possuo um lado brasileiro, por parte da minha avó materna. Por um feliz acaso, a minha tia bisavó, Anna Ribeiro de Goes Bittencourt, era escritora e deixou um livro publicado, “Longos Serões do Campo”⁴⁹. Nos dois volumes do livro ela historia a saga da família, ligada principalmente à produção de açúcar no recôncavo baiano⁵⁰.

Segundo ela – e isso serviu para despertar meu interesse pelo tema e escrever essa comunicação – o meu primeiro antepassado no Brasil, e *founding father* da família- foi, segundo registrado pelo livro,

“ um lavrador - afugentado da Ilha da Madeira por dificuldades econômicas no início do século XVIII - que se torna, graças à disposição para o trabalho, não um senhor de engenho opulento, mas um fazendeiro apenas abastado no Agreste baiano”⁵¹.

Não sei o nome desse antepassado (bisavô do meu trisavô), que veio ao Brasil com sua esposa, também da ilha da Madeira⁵². Baseado em outros trechos da memória, suponho que ele era técnico de produção de açúcar. Note-se que houve uma grande leva de Madeirenses vindo para o Brasil nessa época e em décadas anteriores, e que deram grande impulso ao setor açucareiro do Recôncavo.

Segundo Carlos B. Ott,

“A imigração de Portugal para o Brasil intensificou-se na segunda metade do século XVII com o agravamento da crise econômica metropolitana. Do Arquipélago da Madeira, situado no Atlântico Norte, a meio caminho entre Europa e África e ocupado pelos portugueses desde 1425, veio um contingente significativo de colonos que se fixaram em Salvador e seu Recôncavo ou abriram novos espaços agrícolas, desbravando o interior na direção do Sertão”⁵³.

⁴⁹ Anna Ribeiro de Goes Bittencourt, *Longos Serões do Campo*, 2 volumes. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992. O livro foi baseado em anotações de D. Anna, que tem uma grande importância histórica, por narrar a vida das famílias e dos produtores de açúcar do Recôncavo Baiano. Essas anotações foram transformadas em livro, publicado mais de sessenta anos após a morte da autora.

⁵⁰ D. Anna nasceu em 1843, e faleceu em 1930. Meu bisavô, Pedro Ribeiro de Araújo (1831-1912), proprietário de terras e engenhos de açúcar, foi professor da Faculdade de Medicina e Conselheiro do Imperador. Era tio de D. Anna, mas na prática tratado como irmão. Um neto de D. Anna, criado como filho adotivo, Clemente Mariani, foi, dentre outros cargos e funções, Presidente do Banco do Brasil e Ministro da Fazenda no Brasil.

⁵¹ Na hierarquia do empresariado rural baiano, o mais importante era o Senhor de Engenho, que processava a cana de açúcar. Os fazendeiros produziam a cana, mas não tinham meios para processar e extrair o caldo e produzir o açúcar.

⁵² O filho que tiveram no Brasil, Gonçalo da Silva, foi avô do meu trisavô, A filha de Gonçalo, Teresa, casou-se com um português, José Ribeiro de Araújo. Tiveram um filho, Pedro Ribeiro de Araújo, meu trisavô, conhecido como Major Ribeiro, que lutou contra os portugueses na Guerra de Independência na Bahia. Seu filho, meu bisavô, tinha o mesmo nome do pai.

⁵³ Carlos B. Ott, “ Formação e evolução étnica da cidade de Salvador”, t. II, p.77-89

Isso sugere que houve uma grande injeção de capital humano com grande conhecimento das técnicas de produção da cana, e do processamento de açúcar. A administração portuguesa, se não incentivou, pelo menos não se opôs à essa transferência de conhecimento e mão de obra especializada.

A questão é: como isso se enquadra no tema que estou desenvolvendo nessa Comunicação?

A resposta, ao meu ver, está em que não houve grande oposição ou conflito econômico, mas sim grande convergência de interesses entre a Metrópole e a Colônia para incentivar a produção de cana de açúcar. Ademais, o fim do regime Colonial não alterou muito essa situação.

X – Desafios Competitivos

Voltando à discussão sobre a cadeia de produção e valor da cana do açúcar, cabe assinalar que a integrada cadeia Brasil-Portugal pós Independência passou a enfrentar outros desafios de concorrência. Até que ponto esses novos desafios poderiam se beneficiar, para seu enfrentamento, da liberdade econômica da ex-colônia, agora um país livre?

Vamos usar um famoso modelo, de Michael Porter, para examinar esse ponto. A Figura a seguir esquematiza o modelo:



O poder de concorrência da indústria açucareira no Brasil poderia ser afetado por quatro grandes forças:

Primeiro, novos entrantes no mercado da cana de açúcar. Vimos que na óptica da produção, efetivamente, as ilhas caribenhas estavam bastante mobilizadas para adotar novas técnicas de cultivo, novas variedades de cana, e novos métodos de produção de açúcar. Sob a óptica da logística de transportes, estavam a meio caminho – com respeito ao Brasil – dos mercados consumidores dos Estados Unidos e da Europa. Finalmente, sob a óptica dos mercados consumidores, as ilhas continuavam a manter vínculos coloniais com os países europeus mais importantes em termos de mercado.

Segundo, o açúcar de beterraba, cuja tecnologia de produção e estrutura de plantio foram incentivadas por Napoleão Bonaparte, mostrou-se um formidável concorrente. Era produzido na própria Europa, em pequenas e médias propriedades e em terras que não demandavam grande qualidade. O custo de transporte, tanto para a produção, quanto para atingir o mercado de consumo, era relativamente baixo em comparação com o açúcar de cana.

Terceiro, já começavam a aparecer nessa época, ainda de maneira incipiente, argumentos de boicote para o açúcar brasileiro, por utilizar escravos. As forças de boicote vinham de dois “blocos de protesto”. Primeiro, da “pressão abolicionista” na Europa, que começava a se organizar. Segundo, por regiões concorrentes, em que houve a abolição, pelo temor das economias de escala e vantagens do trabalho escravo no Brasil.

Finalmente, o fornecimento de escravos da África começa a ser ameaçado pela Inglaterra. Por uma mistura de considerações humanistas e questões práticas de concorrência do Brasil com suas colônias não mais escravocratas, a Inglaterra vai pressionar incansavelmente o novo país, Brasil, para proibir o tráfico de escravos da África. Mesmo sem a abolição no Brasil (que só vai acontecer em 1888), o fim do tráfico (efetivamente foi em 1852) iria, como de fato aconteceu, aumentar significativamente o preço dos escravos, encarecendo a produção.

Com base nessa listagem de desafios, creio que, dos quatro grandes blocos mostrados, o segundo seria o mais vulnerável. Com efeito, acredito que a cadeia integrada iria ficar, gradualmente, mais sensível às pressões do mercado consumidor, devido ao uso de escravos na produção brasileira. Sendo Portugal um país europeu, e sem escravidão, os custos de imagem seriam crescentes, criando fissuras no arranjo estratégico obtido.

XI – Um balanço das Consequências da Independência na Estratégia do Setor Canavieiro

A tradição historiográfica do Brasil dá muita ênfase ao atraso que teria acontecido no Brasil devido às restrições coloniais no que tangem à liberdade de iniciar novos negócios ou atividades. Pelo que examinamos com um caso concreto, na cadeia de produção e valor do maior produto de exportação na época, o açúcar, essa perda potencial, caso houvesse, seria muito pequena.

Isso não exclui a possibilidade que em outros setores industriais, menos beneficiados pela localização geográfica – isto é, setores e atividades em que não faz sentido econômico produzir afastado do local de consumo, tais como restaurantes, barbearias, alguns materiais de produção, etc, - as restrições coloniais tenham efetivamente prejudicado o potencial de criação de “indústrias infantís”.

Pelo que apuramos na discussão apresentada acima, podemos assumir que houve um grande alinhamento de interesses econômicos na cadeia de produção e valor da cana de açúcar, entre a Metrópole e a Colônia. Nesse sentido, a “inovação disruptiva” associada à Independência não teve muito impacto sobre a estrutura dessa cadeia. Visto em termos dos modelos de estratégia que apresentamos anteriormente, o triângulo B não foi muito significativo.

Onde parece ter havido ganhos para a ex-colônia foi no lucrativo mercado de escravos africanos. Mercado este totalmente ligado ao setor produtivo da cana de açúcar⁵⁴.

Em nosso ver, o maior impacto da “inovação disruptiva” representada pela Independência se deu na cadeia de valor paralela, a do “mercado de escravos africanos”. Com efeito, a parte “colonial” dessa cadeia não era complementar e solidária com a parte “metropolitana” dessa cadeia. Pelo contrário, o fato da metrópole estar envolvida no tráfico entre a colônia e a África provocava aumento de custos sem trazer benefícios.

Com a Independência, e enquanto durou o tráfico interatlântico, essa cadeia de valor floresceu no novo país, aproveitando-se de economias de escala e vantagens competitivas.

IX – Considerações Finais

Nas décadas seguintes à Abolição, uma outra commodity, o café, foi ganhando predominância econômica no Brasil. Essa nova cadeia produtiva não enfrentou os condicionantes coloniais, tal como a cana de açúcar.

⁵⁴ Os estudos de L.F. Alencastro são referência. Em especial, veja Alencastro, Luiz Felipe de. O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul.

O mercado produtor da cana de açúcar, por sua vez, continuou seu rumo, mas perdeu importância relativa para o café no século 19. No século 20, e principalmente nas últimas décadas, o agro negócios do açúcar apresenta um brilhante desempenho, e o país torna-se novamente o maior produtor e exportador mundial⁵⁵.

O objetivo da Comunicação não foi discutir o crescimento da indústria açucareira após a Independência, mas sim entender se esse evento disruptivo impactou significativamente a cadeia de produção.

Para essa finalidade, acredito que a maior contribuição dessa Comunicação foi mostrar a utilidade de se usar enfoques de estratégia para o exame de cadeias de valor e de produção, como parte de um debate histórico. Esses enfoques são passíveis de exames empíricos que trazem mais exatidão para a comprovação das teses aventadas.

Evidentemente, nada substitui os estudos históricos para lançar luz sobre a diversidade e a complexidade dos eventos históricos. Por outro lado, acredito que a abordagem aqui apresentada pode contribuir para sugerir outros roteiros de investigação.

Dentre esses roteiros, um que julgo bastante relevante é poder explorar os temas que surgem ao se adotar um enfoque baseado no processo decisório do produtor de açúcar. Como mencionado anteriormente, tal enfoque requer uma abordagem de caráter microeconômico, tendo como fulcro o processo de tomada estratégica do produtor empresário. Essa abordagem pode ser complementada por uma análise macro estratégica da economia e negócios do açúcar nessa época.

No estudo aqui apresentado, o enfoque adotado representou uma escolha, uma opção pelo aspecto empreendedor. A razão dessa escolha foi que em nosso ver o corte de laços econômicos entre a Colônia e a Metrópole, com a Independência, é uma ação entre poderes políticos. Já a resposta dos negócios, que examinamos, é uma reação estratégica dos produtores e negociantes açucareiros, e comerciantes de escravos.

⁵⁵ Devido a sua grande extensão geográfica, e por ter desenvolvido grandes vantagens competitivas no agro negócios, o Brasil ocupa atualmente forte posicionamento (dentre os três melhores colocados no ranking mundial) no mercado de produção ou exportação de diversas commodities agrícolas.

Referências Bibliográficas

Abbott, Elizabeth. **Sugar, A Bittersweet History**. London: Duckworth Overlook, 2008

Alencastro, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

Bethell, Leslie (editor). **Colonial Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987

Bittencourt, Anna Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**, 2 volumes. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1992.

Burgelman, Robert A. *Dynamic Forces in Firm Evolution*. São Paulo: FGV IDE IBE, material de curso, 2017

Burgelman, Robert A. *Strategic Innovation Challenges in establishe Firms*. São Paulo: FGV IDE IBE, material de curso, 2017

Caldeira, Jorge. **A Nação Mercantilista**. São Paulo: Editora 34, 1999

Coleman, D.C. **Revisions in Mercantilism**. London: Methuen 7 Co., 1969

Coutinho, J.J. da Cunha de Azeredo. **Obras Econômicas, 1794-1804**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966

Eisenberg, Peter L. **Modernização sem Mudança. A Indústria Açucareira em Pernambuco, 1840-1910**. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1977

Ekelund Jr., Robert B e Hebert, Robert F. **A History of Economic Theory and Method**. New York: McGraw Hill, Kogakusha, 1975

Fragoso, João e Florentino, Manolo. **O Arcaísmo como projeto**. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil em uma Economia Colonial Tardia. Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001

Fragoso, João e Gouvêa, M. de Fátima (organizadores). **O Brasil Colonial Vol. 3, 1720-1821**. Rio de Janeiro: ed. Civilização Brasileira, 2014

Fragoso, João e Monteiro, Nuno Gonçalo (organizadores). **Um Reino e suas Repúblicas no Atlântico**. Comunicações Políticas entre Portugal, Brasil e angola nos Séculos XVII e XVIII. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2017

Galloway, J. H. *Agricultural Reform and the Enlightenment in Late Colonial Brazil*. *Agricultural History* 53, no. 4 (October 1979): 763-779

Heckscher, Eli F. **Mercantilism**. London: George Allen & Unwin, 1935: 2 vols

Keynes, John Maynard. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. London, 1936

Lisboa, José da Silva (Visconde de Cairu). **Estudos do Bem Comum e Economia Política**. Rio de Janeiro: IPEA, 1975

Mello, Pedro C. de. *Economia Empresarial*. Rio de Janeiro: FGV IDE on Line, Curso MBA

Mello, Pedro C. de. **The Economics of Slavery and Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850-1888**. São Paulo: Ed. ESAGS, 2017

OECD - **The World Economy: Historical Statistics** Angus Maddison, OECD 2003
HC 21 M 287 2003

Paim, Antonio. **Cairu e o Liberalismo Econômico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968

Rocha, Antônio Penalves (organizador). **Visconde de Cairu**. São Paulo: editora 34, 2001

Schwartz, Stuart B. **Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society**. Bahia, 1550-1835. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, 1995

Shaw, A.G.I. **Great Britain and the Colonies, 1815-1865**. London: Methuen & Co., 1970

Smith, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations**, 1776

Wheling, Arno e Wheling, Maria José C. de. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994